



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150694 - BA (2021/0230340-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : MARCIA DE CARVALHO FRAGA
ADVOGADO : BRENNO CAVALCANTI ARAÚJO BRANDÃO - BA037556
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CORRÉU : GILSON FLAVIO SILVEIRA FRAGA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MARCIA DE CARVALHO FRAGA contra acórdão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (HC n. 1013474-89.2019.4.01.0000).

A recorrente é ré em ação penal em que se apura a suposta prática de crimes contra a ordem tributária, previstos no art. 1º, incisos I, II e III, da Lei n. 8.137/90, c/c o art. 71 do Código Penal, bem como do delito tipificado no art. 337, inciso III, do Código Penal.

Impetrado prévio *writ* na origem, buscando o trancamento da ação penal, a ordem foi denegada. Daí o presente recurso.

Sustenta que busca o trancamento do processo na origem, em razão da manifesta ausência de justa causa, pois não haveria nos autos qualquer prova de ato de gestão praticado pela recorrente.

Afirma que a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que "*à imputação de delitos tributários não basta a posição de sócio para constituição de responsabilidade penal. Mais do que isso, a mera existência de sociedade não basta a configurar o concurso de pessoas*" (e-STJ fl. 167).

Aduz que não houve a descrição individualizada das condutas supostamente cometidas, nem a demonstração das provas utilizadas para a construção da tese acusatória, o que tornaria a denúncia inepta por ausência de justa causa.

Requer, liminarmente, a suspensão do processo n. 0021506-31.2018.4.01.3300, em trâmite perante o MM. Juízo da 2ª Vara Federal Especializada Criminal da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

No mérito, pugna pelo provimento do recurso para trancar o processo de origem, ante a ausência de justa causa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O recurso não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 663.828 / BA.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do

Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, a, do RISTJ, não conheço do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência